

attac portugal  
primavera 2013

# A CRISE PORTU GUESA EM 10 MINUTOS

A crise económica portuguesa não tem origem num "Estado gastador", não é só da "responsabilidade deste Governo" nem dos cidadãos "que vivem acima das suas possibilidades"

*Para a compreender há que recuar no tempo e verificar que se tomaram ao longo dos últimos anos um conjunto de decisões políticas justificadas por teorias económicas bastante em voga e enquadradas por premissas ideológicas que têm sido hegemónicas nas últimas décadas.*



**1. Para não recuarmos demasiado no tempo**, vamos começar pela Integração Europeia e a criação de uma moeda única – o Euro.

☛ A liberalização dos mercados dentro da Europa e fora da Europa (no âmbito das negociações da Organização Mundial do Comércio) com o resto do mundo, deixou o nosso sector de bens transaccionáveis exposto a uma concorrência que não tinha condições para enfrentar.

☛ Com a entrada no Euro, deixamos de ter a possibilidade de desvalorizar a “nossa moeda” para estimular as exportações e encarecer as importações

☛ Os critérios de convergência então adoptados ao nível da UE não tiveram em conta a situação real das economias, focalizando toda a sua atenção no controlo da inflação e dos défices orçamentais, em detrimento da aposta na convergência económica.

**2. A partir da adesão à CEE**, e com a posterior transformação da Comunidade Económica Europeia em União Europeia, Portugal entrava num projecto cada vez mais comprometido com o paradigma neoliberal. E esse paradigma estipulava, como continua a estipular, privatizações maciças, em especial das empresas que mais lucros davam ao Estado.

☛ Começou-se por privatizar o sector financeiro que serviu depois de pivot – através da concessão de crédito – ao restante plano de privatizações: EDP,PT, GALP, BRISA

☛ Apostou-se num cenário macroeconómico estável – inflação baixa, moeda forte – associado a um mercado de trabalho mais desregulado e com salários mais baixos (mais competitivos) do que no resto da UE. A iniciativa privada e o empreendedorismo fariam o resto pelo florescimento e requalificação da economia portuguesa. Os mercados desregulados nacional e internacionalmente seriam fonte segura de prosperidade.



**3. Mas todas as dificuldades vividas pelo setor produtivo**, nomeadamente a forte exposição à concorrência externa, desincentivaram o investimento nesta área, ainda para mais quando, ao mesmo tempo, através de leis e políticas diversas, se abriam portas ao capital para o investimento em sectores rentistas, protegidos da concorrência externa: imobiliário, distribuição, sector financeiro, energia e, mais recentemente, saúde e educação. A balança comercial portuguesa continuou a deteriorar-se. Importámos cada vez mais e produzimos cada vez menos o que consumimos.



**4. Por outro lado, as baixas taxas de juro e a moeda forte** foram o enquadramento ideal para o estímulo de uma cultura consumista associada a uma cada vez mais forte agressividade das instituições financeiras que se especializaram no crédito às famílias e não ao sector produtivo. O endividamento privado cresceu para compra de casa e outros bens essenciais na mesma medida em que a provisão pública recuava e os rendimentos estagnavam. Por outro lado ainda, "a obsessão pelo défice orçamental" não só retirou margem de manobra ao Estado para intervir de forma sistemática no desenvolvimento da Economia, como o levou a lançar mão a mecanismos para obter receitas extraordinárias (mais privatizações, titularização de dívidas ao Estado, integração de fundos de pensões) e conseguir fazer investimentos sem excessivo impacto imediato nas contas públicas, usando e abusando das chamadas Parcerias Publico-Privadas. Estas decisões tiveram o impacto contabilístico esperado no controlo do défice orçamental mas, a prazo, tornaram-se negócios que criaram grande erosão nas contas públicas.



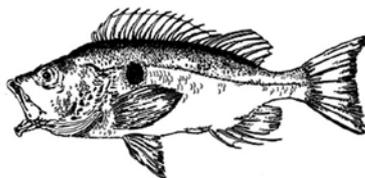
**5. Em 2007/2008** rebenta a crise do subprime. A falência do gigante Lehman Brothers e, na mesma semana, a nacionalização, para evitar o encerramento, da AIG (a maior companhia de seguros norte americana) deu origem a um terremoto financeiro que bloqueou todo o sistema financeiro global. Nunca estivemos tão perto de um colapso total da economia mundial. Os governos de todo o mundo, em particular os dos EUA e da UE, salvaram o sistema da derrocada total injectando dinheiro dos contribuintes para cobrir os buracos escondidos dessas empresas. No entanto, a retracção do investimento, do consumo e do comércio internacional foi inevitável e teve consequências muito negativas em todas as economias, nomeadamente em pequenas economias

*abertas como a portuguesa.*



**6. Mas a crise financeira não** chegou a Portugal apenas vinda do exterior. A falência do BPP e do BPN, para além da sua componente de "caso de polícia", está também relacionada com a prévia desregulação dos mercados financeiros e a supervisão ineficaz neste sector. Os custos directos da salvação do sistema financeiro em Portugal ainda estão longe de estarem todos contabilizados.

**7. Com uma economia** em grandes dificuldades, com enormes problemas em aceder ao crédito, com o seu sector produtivo fortemente deteriorado, com défices comerciais cada vez mais altos, com famílias fortemente endividadas, as receitas do Estado caíram abruptamente ao mesmo tempo que crescia a pressão do lado das despesas, nomeadamente através do aumento das prestações sociais (como subsídios de desemprego) e dos compromissos assumidos no âmbito das Parcerias Público-Privadas.



**8. Aparece a percepção** nos mercados financeiros de que o Estado poderá começar a ter dificuldade em pagar os empréstimos que faz no exterior e que terá de dar garantias aos empréstimos do sector privado. Alimentados pela especulação financeira, os juros tornam-se cada vez mais altos, pressionando as contas públicas e a economia no sentido da recessão.

Neste cenário, é preciso sublinhar o papel das três agências de notação financeira. A Fitch, a Moody's e a Standard and Poor's, cuja credibilidade já tinha sido posta em causa no início da crise (o banco Lehman Brothers, por exemplo, teve sempre classificação máxima até à sua falência), diminuíram em vários níveis e no espaço de pouco tempo a classificação do risco da dívida soberana portuguesa. Sem ter por base qualquer indicador económico relevante, o corte abrupto da notação pressionou os juros no sentido ascendente.



9. **As medidas de austeridade**, para além do impacto social negativo, não têm a eficácia esperada, quer no controlo do défice, quer na estabilização dos juros da dívida. As políticas de austeridade retraem o consumo e o investimento, portanto, para além de aumentarem o desemprego, diminuem ainda mais as receitas do Estado. Ao mesmo tempo, a pressão das despesas aumenta e o Estado perde margem de manobra para realizar investimentos públicos que dinamizem a economia. A ideia de que Portugal não conseguirá cumprir com as suas obrigações a nível de empréstimos generaliza-se cada vez mais como um fenómeno de “profecia auto-realizada”, típico do funcionamento volátil dos mercados: Como o país não dá garantias, aumentam-se os juros e corta-se o crédito, criando ainda mais condições para que o país não dê garantias...

10. **O Governo pede a intervenção do FMI**, procurando a obtenção de um grande empréstimo com juros mais baixos do que os juros que estavam a ser praticados “no mercado”, praticamente inacessíveis. Em troca terá de aprofundar o seu programa de austeridade e as políticas de desregulação do mercado de trabalho e de privatizações que estão, no fundo, na origem da crise.

**11. O memorando da troika** estabelece as contrapartidas que Portugal se compromete a cumprir para que a troika lhe empreste o dinheiro, num total de 78 mil milhões de euros, dos quais 12 mil milhões para os bancos. Foi o Governo Português quem determinou quais as medidas que incluía no 'pacote'. Dois critérios foram adotados: por um lado, o de cortes indiscriminados no Estado e nos serviços públicos, sem coerência ou avaliação dos seus impactos; por outro lado, a inclusão de todas as medidas neoliberais que mereciam a recusa da maioria da população, como a privatização dos setores estratégicos da economia - águas, correios, empresas de transportes de passageiros e de carga, aeroportos, produção e transporte de energia - e a eliminação ou redução de direitos, como à saúde e à educação, cortes nos rendimentos, ao mesmo tempo que crescem os impostos.

Em menos de dois anos, o memorando já foi revisto seis vezes. Quando nos dizem que estamos e temos que cumprir o memorando, não nos podemos esquecer que a generalidade das medidas que lá estão foram decididas pelo governo e que estão sempre a ser alteradas.

**12. A redução da dívida pública** é o objetivo principal da austeridade. A primeira versão do memorando previa uma dívida equivalente a 112% da riqueza produzida anualmente no país, no final de 2012. No entanto, o valor aumentou para 122,5%, mais 19,1 mil milhões de euros em apenas um ano. Quanto mais se aprofunda a austeridade, mais afunda a economia. Apenas o crescimento da economia e a reestruturação permitem diminuir os níveis da dívida pública.

**13. As metas definidas estão sempre a falhar**, pois a austeridade destrói a economia. Quando se corta no investimento público, a economia ressent-se, as receitas de impostos baixam devido às falências, o desemprego aumenta e a despesa sobe por via dos gastos com apoios sociais. Para compensar o Governo corta ainda mais no investimento. Esta é a espiral recessiva que necessita de ser invertida. O memorando da troika é responsável por mais 400 mil pessoas em situação de desemprego real, pela terceira recessão em três anos, os portugueses perdem poder de compra, os transportes subiram três vezes em ano e meio, a energia nunca foi tão cara, os preços dos hospitais são abusivos, 678 mil ci-

**14. O regresso aos mercados** foi, na posição oficial do Governo, a recompensa por toda a destruição social. Portugal conseguiu pedir dinheiro emprestado a investidores privados, a uma taxa de juro insustentável (5%) e que terá de ser devolvido daqui a cinco anos. Mas como se explica tal operação, se o défice está a aumentar, a dívida nunca foi tão grande e o desemprego real afeta um em cada cinco trabalhadores? Porque o Banco Central Europeu (BCE) garantiu que iria proteger os credores. Por isso, a Irlanda e Espanha tiveram acesso aos mercados antes de Portugal. As condições de financiamento beneficiaram até a Grécia. Mas o BCE apenas efetuará essas operações caso os países demonstrem conseguir aceder aos mercados financeiros para se financiarem. Portugal deu um primeiro passo para preencher estes requisitos, mas atenção: o BCE exigirá mais medidas de austeridade. Vem aí um novo memorando.



dadãos têm prestações de crédito em atraso e muitos milhares são expulsos de casa devido à nova lei das rendas.

15.



A  
crise

tornou mais  
clara a debilidade

**democrática** dos regimes e das instituições nacionais, europeias e internacionais. Nos últimos anos, tivemos países europeus a serem governados por quem não foi eleito (Itália e Grécia); governos europeus a condicionar a realização de eleições de outros países europeus (Grécia); instituições financeiras internacionais (não eleitas pelos cidadãos) a condicionar as escolhas económicas e sociais dos países (Portugal, Grécia, Irlanda).

Pode quem se diz democrata assistir com indiferença ao facto de ser o BCE a determinar a emissão de euros, o valor dos juros (como à habitação) e boa parte das variáveis económicas que definem a política económica? A resposta não é desistir, mas melhorar e reforçar as garantias do respeito e cumprimento da vontade das populações. O reforço dos mecanismos democráticos não é adiável.



# UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL: EXISTEM ALTERNATIVAS À AUSTERIDADE

**É preciso estimular a economia.** As políticas recessivas aprofundam a crise e pioram o desemprego. Por mais que se fale em exportações a economia precisa de procura interna e de confiança no futuro. Só uma política de estímulo ao emprego pode reestabelecer a procura e a economia. Para isso, o investimento público é fundamental por gerar emprego diretamente e estimular o investimento privado. A austeridade não resolve os problemas, mas a crise é um ótimo pretexto para se reduzir o Estado social a um mínimo histórico. A criação de emprego deve passar pelo reforço do próprio Estado social e dos serviços que ele disponibiliza aos cidadãos.

Também a nível europeu é preciso mudar. Queremos uma Europa para os Povos, não para os lucros: promover políticas económicas e sociais a nível europeu e recuperar e expandir os serviços públicos, para reduzir desequilíbrios, promover a transição ecológica das economias, garantir altas taxas de emprego, promover a igualdade de género e expandir os direitos económicos e sociais básicos (saúde, educação, habitação, informação, cultura, bem-estar social, etc) e garantir que são assegurados por uma rede 100% pública.

**A ATTAC apoia os movimentos internacionais de auditoria da dívida.** Os cidadãos devem conhecer a 'factura', saber quanto deve o país, a quem e porquê. Hoje em dia é cada vez mais claro que não estamos sequer a conseguir atingir uma trajetória decrescente do crescimento da dívida, quanto mais pagá-la! A manutenção do Estado social e os direitos económicos, sociais e democráticos dos cidadãos não podem ser postos em causa, ao mesmo tempo que se salvaguardam todos os interesses dos credores.

**Desarmar os mercados:** implementação efectiva da Taxa Tobin - taxa sobre as transações financeiras - e proibição de produtos financeiros especulativos, bem como de operações realizadas através de paraísos fiscais e proibir movimentos especulativos prejudiciais (por exemplo, vendas de curto prazo, especulação nos produtos derivados, movimentos *over-the-counter*, trocas de alta frequência).

**Reforma fiscal europeia para dar às finanças públicas uma base sustentável,** que crie um sistema fortemente progressivo, em que os ricos e os lucros das grandes empresas paguem efectivamente mais impostos do que os que menos têm e cuja harmonização, entre os países de UE, evite a competição e o dumping fiscal.

**Criação de mecanismos de controlo público sobre o sector bancário** e intervenção pública efectiva na CGD - um banco de capitais públicos - e nos bancos que foram recapitalizados pelo Estado, de forma a direccionar o financiamento para o relançamento da economia real e o desenvolvimento. Regular de forma sólida os bancos (separar a banca comercial da banca de investimento, desmantelar os bancos 'demasiado grandes para caírem'). Permitir o financiamento público e democrático da economia, para garantir o financiamento das necessidades sociais e económicas, garantir os direitos sociais e financiar uma transição ecológica. As políticas de comércio internacional devem ser revistas para cumprirem estes objectivos, em cooperação com os países em vias de desenvolvimento.



# GLOSSÁRIO



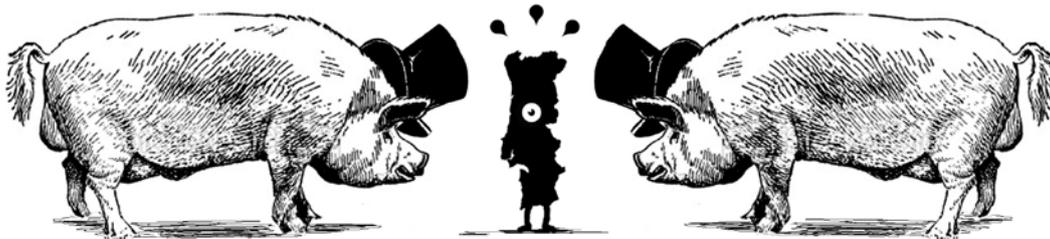
**Desvalorização da moeda:** Instrumento utilizado pelos governos para promover as exportações e diminuir as importações. Um hipotético escudo baixo face ao Euro, tornaria mais cara a compra de 1 carro em Espanha, se Espanha vendesse o carro em euros e Portugal tivesse que trocar escudos por euros para comprar esse carro. Pelo contrário, Espanha teria mais facilidade em comprar um tractor em Portugal do que na Alemanha, pois poderia trocar os euros que iria utilizar no mercado alemão por muitos escudos que, em Portugal, dariam para comprar mais do que um tractor.

**Critérios de Convergência:** São os critérios definidos pelo Tratado da Comunidade Europeia para que os países possam aderir ao Euro.

- a) Inflação baixa, próxima da taxa, no máximo, dos três Estados-Membros com melhores resultados em termos de estabilidade dos preços;
- b) Déficit público baixo, que não pode exceder os 3% do PIB;
- c) Taxas de juro baixas, próximas das dos Estados-Membros com menores taxas de Inflação

**Privatizações:** Venda de empresas de capitais públicos a privados. Permite um encaixe financeiro imediato mas a médio e longo prazo pode contribuir para a deterioração das contas públicas. Não só o Estado perde fontes de receita por via dos dividendos que essas empresas geravam, como perde receitas em impostos, uma vez que as empresas privadas, tipicamente, têm procedimentos fiscais que resultam no pagamento de menos impostos.

**Sector Rentista:** Actividades económicas que permitem obter uma renda regular sem grande necessidade de inovação, reforço do investimento ou exposição à concorrência. Tipicamente não é uma actividade de produção de bens transaccionáveis, para a exportação, por exemplo. Pelo contrário será a compra de bens imobiliários (auto-estradas, Rede Eléctrica Nacional), para daí obter uma "renda"



### Parceria Público-Privada:

Contrato para a realização de um investimento público com dinheiro privado. Por exemplo: a construção e o funcionamento de um hospital fica a cargo de um privado, mas o Estado deverá pagar um preço acordado por cada doente atendido, por cada médico de prevenção nas urgências, etc. No curto prazo o impacto do investimento não aparece nas contas públicas, uma vez que se vai repercutir ao longo dos anos, no médio e longo prazo.

### Crise Subprime:

Crise financeira que começou nos EUA no mercado do crédito à habitação às famílias com baixos rendimentos. Sem regulação ou supervisão, grandes instituições emprestaram somas avultadas, a juros altos a famílias que não conseguiram cumprir com os pagamentos. O risco desses empréstimos estava de tal forma disseminado e alavancado por todo o mercado financeiro através dos chamados "produtos tóxicos", que a crise do "subprime" deu origem a uma gigantesca derrocada com a falência de muitas instituições.

### Défice Público:

Diferença entre receitas e despesas do Estado em determinado ano. Todos compreendemos que é necessário por vezes haver períodos mais ou menos longos em que é necessário gastar mais do que o que se ganha. Durante a infância e a velhice, por exemplo. Mas todos compreendemos também que não é sustentável manter infinitamente as despesas acima do nível das receitas. Numa tentativa de diminuição do défice os Governos podem procurar aumentar as suas receitas (subindo os impostos, por exemplo), e/ou diminuir as suas despesas (diminuindo o investimento, por exemplo). No entanto, os resultados dessas políticas não são facilmente previsíveis. Por exemplo, o fim de um investimento, pode dar origem a dificuldades acrescidas junto de empresas que dependiam desse investimento e, indirectamente originar desemprego, que significa menos receitas (por via dos impostos) e mais despesas (por via das prestações sociais)





[www.attac.pt](http://www.attac.pt)

Design & ilustrações: alejandro levacov & julia barata: lx1.bcn0@gmail.com